

**ParExe no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.907 - CE  
(2019/0119643-3)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**REQUERENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : REINALDO COSTA DE OLIVEIRA  
**REQUERIDO** : JOSE CLEMILSON SAMPAIO DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

**DECISÃO**

Por meio da Petição n. 00347657/2019, de e-STJ fls. 492/502, o Ministério Público Federal requer a remessa dos autos originais à primeira instância para a execução da pena, uma vez que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no ARE n. 964.246, Tema 925, em 11/11/2016, reafirmou o entendimento anterior (HC n. 126.292/SP) de que é cabível a execução provisória da pena, sem ofensa ao princípio da presunção de inocência, após o julgamento de mérito na segunda instância.

Abaixo, ementa do referido julgado:

*CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). ACÓRDÃO PENAL CONDENATÓRIO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. JURISPRUDÊNCIA REAFIRMADA. 1. Em regime de repercussão geral, fica reafirmada a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (ARE 964246 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 10/11/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-251 DIVULG 24-11-2016 PUBLIC 25-11-2016 )*

No presente caso, foi proferida decisão concedendo a ordem de *habeas corpus*, para declarar extinta a punibilidade do recorrente JOSÉ CLEMILSON SAMPAIO DO NASCIMENTO e conhecer do agravo para conhecer parcialmente e, nessa parte, negar provimento ao recurso especial de REINALDO COSTA DE OLIVEIRA.

Ante o exposto, **determino** a comunicação do presente *decisum* ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para que tome as providências que entender necessárias, nos termos da Resolução n. 113/2007 – CNJ, com a redação dada pela Resolução n. 180/2013 (arts. 8º/11).

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator